O EXTERMÍNIO DOS SUPOSTOS BANDIDOS EM 1968: A PENA DE MORTE E O ESQUADRÃO DA MORTE NA REVISTA *VEJA* [1]

Aline de Jesus Nascimento[2]

Resumo

A revista *Veja* foi fundada em 11 de setembro de 1968 pela editora Abril, isto é, durante o período da ditadura civil militar brasileira. O primeiro ano de circulação do semanário coincide com o momento que Esquadrão da Morte (EM), milícia que tinha por finalidade exterminar supostos bandidos, atuava de modo particularmente intenso. O apoio pouco velado que o grupo recebeu do Estado é perceptível pela impunidade dos membros e pela perenidade de suas atividades nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, assim como pela sua propagação para Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo e Goiás. O objetivo do presente trabalho é analisar como nos primeiros meses de circulação de *Veja* o EM foi apresentado. Ademais, a Abril contava com os *clippings*, material recolhido para dar suporte as revistas de informação da empresa. Há duas reportagens publicadas sobre o tema a respeito desse grupo. A primeira foi na edição n. 11, de 20/11/1968, e a outra na edição n.13, de 04/12/1968, nas quais as atividades da milícia são debatidas à luz da questão das vítimas, sumariamente assassinadas, o que equivalia à

[1]O texto foi publicado nos Anais do 30° Simpósio Nacional de História - História e o futuro da educação no Brasil com o título *Pena de Morte e o Esquadrão da Morte nas páginas na Revista* Veja *(1968),* financiado pela Fapesp (2017- 15451-9).

[2]Mestra em História pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" /Câmpus de Assis.

aplicação da pena de morte, decidida a partir dos critérios adotados pelo EM e pela corporação policial.

Palavras-Chave:
Veja, Editora Abril, *Clippings*, Esquadrão da Morte, Pena de Morte.

Abstract:

Veja magazine was founded on September 11, 1968 by Editora Abril during the period of the Brazilian military civil dictatorship. The first year of circulation of the weekly coincides with the moment that the Death Squad (EM), a militia whose purpose was to exterminate alleged bandits, was acting in a particularly intense way. The little-veiled support that the group received from the State is noticeable due to the impunity of the members and the perenniality of their activities in the cities of Rio de Janeiro and São Paulo, as well as by their spread to Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo and Goiás. The objective the present work is to analyze how in the first months of circulation of *Veja* EM was presented. In addition, Abril relied on *clippings*, material collected to support the company's information magazines. There are two reports published on the topic about this group. The first was in edition n. 11, of 11/20/1968, and the other in edition no. 13, of 12/04/1968, in which the activities of the militia are debated in the light of the question of the victims, summarily murdered, which was equivalent to the application of the penalty death, decided based on the criteria adopted by the EM and the police corporation.

Keywords:
Veja, Editora Abril, *Clippings*, Death Squad, Death Penalty.

As interligações entre a editora Abril, a *Veja* e o *clipping*

A editora Abril não mediu esforços para garantir o sucesso do seu primeiro semanário exclusivamente de informação no Brasil em pleno sentimento de controle da informação causado pela ditadura militar. A primeira edição de *Veja*

circulou no dia 11 de setembro de 1968, apenas três meses antes da promulgação do Ato Institucional nº5 cercear de vez as combalidas liberdades.

Os primeiros anos da revista de informação da Abril foram de tentativas e erros, o sucesso do lançamento do primeiro número, que contou com amplo aparato publicitário, não se repetiu nas edições subsequentes (SCARZANELLA, 2016). As matérias eram densas, com excesso de textos e poucas imagens, fugia do formato das revistas em voga no momento com linguagem do fotojornalismo, como *O Cruzeiro* e *Manchete (*ANDRADE; CARDOSO, 2001). *Veja* tornou-se lucrativa somente no sexto ano de publicação, enquanto isso, os prejuízos financeiros foram cobertos pelas histórias em quadrinhos e as fotonovelas (MIRA, 2001; SCARZANELLA, 2016).

O investimento foi grande ao ponto de, em 1968, a editora ter intensificado suas atividades em um setor encarregado de selecionar, organizar e guardar recortes de jornais provenientes de diversos periódicos e que tratavam dos temas mais variados. O conjunto, nomeado como *clipping,* tem suas origens nos anos de 1950, mas somente no final da década seguinte que a quantidade acumulada foi mais significativa. O intuito da empresa era formar um arquivo próprio, disponível para a consulta dos responsáveis pelas duas primeiras revistas de informação, *Realidade* (1966-1976) e *Veja* (1968).

Os fragmentos, provenientes de diferentes órgãos da imprensa nacional e internacional, foram organizados em três grandes eixos: assuntos, personalidades e empresas, cada um deles contendo várias centenas de pastas com os assuntos mais variados, desde dossiês acerca de crimes famosos, como o assassinato da atriz Daniella Perez, ou pastas que tratam aspectos ligados aos diferentes ramos e problemas da produção industrial (instrumentos musicais, petróleo ou questão de higiene fabril, por exemplo).[3] Foi um investimento custoso, cujo ápice envolveu o trabalho de mais de setenta funcionários que, manual e diariamente, selecionam notícias e as catalogavam (SOARES, 2015).

Sobre o Esquadrão da Morte, o acervo guarda oito pastas, alocadas no eixo assuntos, intituladas: história (1 pasta, 16 recortes), execuções (2 pastas, 133 recortes), investigações (3 pastas, 337 recortes), julgamento (1 pasta, 114 recortes), caso Correinha (1 pasta, 53 recortes). As pastas contêm recortes de jornais que fornecem distintos enfoques acerca da atuação deste grupo que, como se constata, recebeu grande atenção da mídia. Para este texto, foram selecionados 15

[3]Informações acerca de todas as pastas que contemplam o material do *clipping* podem ser acessadas no site do CEDAP. Inclusive, as pastas que englobam personalidades que começam com a letra A e B estão detalhadas em dois arquivos, também disponíveis no endereço eletrônico da unidade. CEDAP, 2014.

recortes do ano de 1968 e que foram publicados antes das reportagens da edição 11 e 13 de *Veja*, que tocou no tema da milícia (*VEJA*, 20/11/1968; 04/12/1968). Esse material está acondicionado em três pastas, conforme se pode observar no Quadro 1.

Quadro 1. Distribuição dos recortes do *clipping* referente ao EM (1968)

Pasta Crime - Esquadrão da Morte	Antes de 20/11/1968	Antes de 04/12/1968
História	2	3
Execuções	4	3
Investigação	2	1
Total	8	7

Não há uma data precisa que marque o surgimento do EM. As informações e os relatos sobre o grupo advêm, sobretudo, da imprensa, livros de cunho jornalístico ou pessoas engajadas em combater a milícia. A obra do jornalista Adriano Barbosa (1971) é normalmente tida como o primeiro estudo sobre o Esquadrão, mas a que teve maior repercussão foi a do jurista Hélio Bicudo (1976) que narra suas investigações acerca do grupo. Dois anos depois, foi publicado por Ewerton Guimarães (1978) um livro dedicado à atuação e às investigações sobre a milícia no Espírito Santo.

Os indivíduos que atuavam no EM mantinham relações com a Segurança Pública, tanto que policiais, investigadores e delegados foram citados como seus integrantes. O estopim para a intensificação das atividades, tanto em São Paulo como no Rio de Janeiro, cidades nas quais a atuação da milícia foi mais intensa, foi a morte de policiais.[4] O lema do grupo, tal como a imprensa revelou em diversas vezes, era matar dez bandidos para cada policial morto. A missão era clara: realizar uma verdadeira caçada aos supostos marginais, com o intuito de exterminá-los, segundo uma lógica bastante simplista de que ao se acabar com a

[4]Na imprensa, a morte de Manuel Moreira, conhecido como Cara de Cavalo é assinalada como o marco inicial das atividades do Esquadrão da Morte no Rio de Janeiro. Manuel foi responsável pela morte do detetive Milton Le Cocq em 1964. Depois do assassinato, a polícia caçou o responsável, fato noticiado exaustivamente. Em São Paulo, o acontecimento consagrado para o início das atividades foi o falecimento, numa perseguição, do policial Davi Romero Pare, em novembro de 1968. Os colegas prometeram eliminar dez bandidos para cada policial morto. A caçada desencadeada após esse episódio foi narrada por um membro do Esquadrão da Morte, ver: CORRÊA, 2005.

considerada escória humana, se alcançaria a tão almejada paz social. As vítimas eram sempre pessoas oriundas das zonas pobres do meio urbano, com ou sem antecedentes criminais, a maioria entre 17 e 25 anos - dados obtidos a partir da análise do *clipping*.

As ações do EM seguiam um procedimento quase ritualizado, eram rápidas e diretas e não davam qualquer chance às suas vítimas. A imprensa não se calou perante os corpos encontrados em beiras de estrada, crivados de balas e com cartazes que identificavam o grupo como autor do crime. Além do mais, a milícia também divulgava uma lista das próximas vítimas em uma clara forma de intimidação e de semear o terror.[5]

A ausência de testemunhas era muito frequente e isso, em grande parte, pelo *modus operandi* do EM, que agia em lugares ermos, sem esquecer que eventuais testemunhas, não sem motivo, temiam falar sobre o tema, pois a denúncia poderia custar a própria vida. As vítimas, por sua vez, raramente foram nomeadas, seja pela dificuldade de identificação dos corpos, mutilados por balas, seja pela ausência de condições técnicas e equipamentos que permitissem um trabalho mais aguçado dos legistas ou, até mesmo, o desinteresse das autoridades. Como resultado, diversas vítimas foram sepultadas como indigentes. As acusações da imprensa não recebiam atenção das autoridades competentes, colocava-se em dúvida a existência da milícia e insistia-se que se tratava de brigas entre os próprios marginais. Não se deve esquecer que os meios de comunicação sofriam controle, tendo em vista o regime implantado que não respeitava liberdades de espécie alguma. Assim, as investigações prosseguiam de forma lenta e falha, o que interferia nas provas e nos resultados dos julgamentos (BICUDO, 1976).

A *Veja*: Edições 11 e 13

No primeiro ano de circulação de *Veja,* foram publicadas duas reportagens sobre o Esquadrão da Morte na seção *Brasil*: a primeira na edição 11, de 20/11/1968, intitulada *A Pena de Morte,* com somente uma página, sem assinatura, e outra na edição 13, de 04/12/1968, quatro páginas e novamente sem autoria.

[5]Segundo recorte na pasta Execuções, uma lista com 50 nomes de próximas vítimas, incluindo mulheres. A lista teria sido divulgada por policiais que se assumiram como membros do Esquadrão da Morte, entretanto a reportagem não cita os nomes dos envolvidos. Informações contidas no recorte: Rajadas de metralhadora mantam três assaltantes abandonados na estrada (*CLIPPING*: *O Globo*, 04/12/1968). A natureza fragmentária do *clipping* da Abril impossibilita acesso a todas informações acerca da origem do recorte, em alguns casos, não é possível saber nem mesmo o título da matéria e/ou o nome do jornal.

A edição n. 11 conta com uma imagem preto e branco que ocupou cerca de 30% da matéria, retratou vários homens fardados em volta de um corpo estirado ao chão, sem constar na imagem o rosto de nenhuma pessoa uniformizada, o que impossibilita identificação. A legenda é: "O crime no castigo: para punir um criminoso, a polícia encontrou no crime a solução mais rápida". Frase que fornece indícios ao leitor acerca do posicionamento da revista acerca do homicídio noticiado. Após o título, "Pena de Morte", em destaque, lê-se: "Movimentada demonstração pública de como acabar de uma vez por todas com os criminosos".

A matéria dava conta de uma ação que já se tornava corriqueira, a vítima "era um preto magro, não aparentava mais de 25 anos", identificado pelo apelido de Roncador. O desfecho do caso não foi breve, houve uma caçada que durou 35 horas. O recém falecido, tentando fugir dos seus perseguidores, acabou numa rede de esgotos, onde duas companhias de soldados lançaram bombas de gás lacrimogêneo e água fervente. Se não bastasse, cogitou-se a ideia de jogar gasolina e atear fogo. Cerca de 500 pessoas assistiram à rendição, Roncador saiu do bueiro com as mãos na cabeça, com dois revólveres descarregados na cintura, proclamando que queria viver. Entregar-se não foi suficiente para garantir a sua existência, os quase cem soldados do Sexto Batalhão de Infantaria da Polícia Militar do Estado do Rio dispararam pistolas e metralhadoras. O episódio ocorreu em Caxias.

Sem mais detalhes acerca do que poderia ter instigado a sanha dos policiais, a reportagem afirmou que não se tratava de um episódio isolado e evocou os esquadrões da morte, que teriam assassinado cerca de duzentas pessoas somente na Baixada Fluminense. É importante notar que, mesmo diante de policiais uniformizados, que agiram à luz do dia, oferecendo um espetáculo público, a revista não titubeou em comparar tal ação com às levadas a efeito pelo EM.

A matéria referiu-se à existência de diversos esquadrões, que praticavam eliminação sumária daqueles tidos como "elementos perigosos". *Veja* informou que o EM já havia cometido duas centenas de assassinatos dentro de um mesmo padrão - "a vítima aparece morta, de pés e mãos atados por uma corda de náilon, o corpo perfurado a tiros de grosso calibre (geralmente 45) e no pescoço um cartaz com a sigla EM [...]". Nota-se que, apesar de resgatar o Esquadrão da Morte, o caso de Roncador remete para abusos da corporação policial e não para uma execução da milícia, cujo *modus operandi* era outro. O que se observa é uma espécie de comparação entre a ação da Polícia Militar, instituição do Estado, e as práticas de um grupo paramilitar, cabendo ao leitor fazer a conexão entre esses tipos de violação de direitos humanos.

O semanário levantava a hipótese de haver continuidade entre as mortes ocorridas na década anterior, sob o comando do então Chefe da Polícia do Distrito Federal,[6] Amaury Kruel, e as registradas naquele momento, isso porque, nos dois casos, utilizava-se o mesmo cartaz com uma caveira e a sigla EM, que tanto pode significar esquadrão Motorizado ou Esquadrão da Morte. Não se excluía, todavia, a possibilidade de se tratar de uma inspiração do que ocorrera em 1958.

Segundo o comandante da Polícia Militar do Rio, Coronel Hindenburgo Coelho, a operação que resultou na morte de Roncador foi um verdadeiro sucesso, pois estava em consonância com o sistema de "ação preventiva de legítima defesa". O caso teve grande repercussão, tanto que o vereador do MDB de Caxias, João Trajano Marinho, prometeu apresentar um voto de louvor ao comandante do Sexto Batalhão, Coronel Raimundo Muniz, "pelos bons serviços prestados à população ao eliminar o bandido Roncador." O desfecho do caso se deu com a abertura de inquérito pelo governador Jeremias Fontes, enquanto o ex-ministro do Supremo Tribunal Federal, Nelson Hungria, dirigiu-se à imprensa para condenar o método "em moda para acabar com os crimes".

A reportagem da edição n. 11 não se distinguiu pelo conteúdo analítico, antes se limitou a narrar o fato. A vítima não recebeu atenção, o leitor não foi informado sobre os motivos que levaram à perseguição, se o indivíduo tinha antecedentes criminais, nem seu nome verdadeiro foi revelado. Note-se que, no último parágrafo, a questão dos grupos de extermínio volta à baila, pois o texto insiste no fato de haver grupos organizados no interior das próprias delegacias distritais, sobretudo nas do Estado do Rio, que agiriam sem muita coordenação entre si. Contudo, tal afirmativa não dizia respeito especificamente ao caso Roncador, assassinado depois de se entregar diante de populares e por pessoas investidas do poder de polícia.

A reportagem da edição n. 13 foi mais longa, trouxe mais imagens e título semelhante ao da edição n. 11: *A Pena de Morte Brasileiras*.[7] Entretanto, a parte textual era, quantitativamente, mais importante que a iconográfica. No topo da página, aparece o símbolo da Scuderie Le Cocq, uma caveira com duas tíbias cruzadas e embaixo as iniciais EM. Antes mesmo do título, em letras maiores do que a usada no texto, há a informação de que "marginais surgem à margem das estradas" com pulsos marcados por algemas e cartazes que atribuem o crime ao

[6]Cabe lembrar que a capital do Brasil até o dia 20 de abril de 1960 foi o Rio de Janeiro.

[7]Pode-se supor que as cartas dos leitores surtiram algum efeito, visto que na seção Carta do editor, o fundador da editora Abril, Vitor Civita, informou que o semanário já havia recebido 1437 cartas, das quais 297 reclamavam que a revista "era muito pobre em gravuras.". (*VEJA*, 20/11/1968).

EM. Informa-se que as autoridades negavam o envolvimento de policiais, mas reconheciam a média de quatro homicídios por semana, fato que explicaria os rumores sobre a participação de policiais na morte de bandidos tidos como irrecuperáveis.

A reportagem afirmou, no primeiro parágrafo, que a pena de morte brasileira dispensava a forca, cadeira elétrica e outras maneiras de matar em nome da lei, porque ela estava instaurada na prática e insistiu na máxima que circulava entre detetives, investigadores e soldados segundo a qual "bandido precisa morrer". O critério para definir os "irrecuperáveis" era um tanto quanto vago, visto que os executores se valiam da "experiência adquirida no contato diário com os criminosos" (*VEJA,* 04/12/1968).

A edição n. 11 não citou a ação do EM em regiões fora do Rio, já na n. 13 mencionou-se que São Paulo, cujas forças da ordem teriam sido influenciadas pelo mesmo ideal de caçada extermínio de marginais. Todavia, o então Secretário da Segurança de São Paulo, Hely Lopes Meireles, negou a existência de um esquadrão deste tipo e respondeu que, na realidade, existe um grupo de policiais que tratavam os bandidos de forma recíproca. Em vários excertos presentes no *clipping,* o mesmo secretário insistia na negação, mas confirmou que havia rondas especializadas contra assaltantes e marginais, que atuam energeticamente, pois para os bandidos "só pode existir uma lei: a lei do cão" (*CLIPPING*: *Jornal da Tarde,* 27/11/1968).

A edição n.13 apontou, ainda, que o criador do EM foi Amaury Kruel, informação que era de domínio público, cabendo lembrar que, naquele momento, o general exercia o cargo de Deputado Federal na legenda do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Procurado por *Veja*, Kruel não negou, antes destacou que o resultado foi frutífero: "naquela época, muitos marginais perigosos se entregaram à prisão". Acrescentou que, diante dos novos métodos, os supostos bandidos teriam migrado para São Paulo e, diante das queixas de um chefe de polícia, Kruel teria sugerido que se empregasse a mesma repressão violenta para que a cidade se livrasse de tais indivíduos. Nesta lógica, os crimes só aconteciam graças à certeza da impunidade.

Uma página da reportagem, a de número 27, é quase toda ocupado por duas fotos: a primeira, um homem morto, descalço, sendo retirado de um bueiro por homens uniformizados, vendo-se, no fundo da imagem, pessoas observando a cena; enquanto a segunda, menor, embaixo, via-se o mesmo corpo sendo carregado por homens, uniformizados ou não, indicando a falta de preocupação de manter intacta a cena do crime, fator que impossibilitaria futura averiguação. O breve texto na parte inferior da direita, em itálico, explicava que se tratava,

novamente, de Roncador. Cabe resgatar um trecho da parte textual ao lado das imagens: "É o primeiro caso em que a pena de morte brasileira, modelo 1968, foi executada publicamente."

O fato de *Veja* recuperar o mesmo episódio noticiado anteriormente é digno de algumas observações. Roncador não foi citado no *clipping* relativo ao Esquadrão da Morte, provavelmente porque se tratava de abuso de autoridade policial e não efetivamente uma ação da milícia. O EM presava o anonimato, um caso que envolveu quinhentas testemunhas dificilmente pode ser debitado na sua conta. Outras vítimas do grupo apareceram no intervalo de tempo entre as edições, porém, permanece a dúvida sobre o motivo que levou os responsáveis pela revista a selecionar foto relativa a esse evento. A execução de Roncador, ainda que não possa ser atribuída ao EM, recebeu grande atenção da mídia. Contudo, não faltavam corpos abandonados na beira de estradas para ilustrar a matéria. Então, cabe perguntar: por que insistir na mesma situação? Uma hipótese para a insistência, aliás com pequena diferença (edição n. 11 e n. 13), diz respeito à intenção de identificar abuso policial à luz do dia e a atuação de grupos de extermínio que, como se sugere, eram compostos por integrantes das forças da ordem. Se a polícia matava com centenas de testemunhas e era condecorada por isso, pode-se supor que agia com grande liberdade na calada da noite. Pode-se entender a insistência de *Veja* no caso de Roncador como uma forma de denúncia.

No texto, questiona-se: É certo matar? Pergunta que deu ensejo a recolha de opiniões diversas, tanto de personalidades da época como de filósofos iluministas. No primeiro grupo estava o experiente criminalista carioca Humberto Teles e o professor Basileu Garcia, catedrático de Direito Penal da Faculdade de Direito da USP, que condenavam a pena de morte sob o argumento da sua ineficácia, enquanto um membro do EM, obviamente não identificado, sentenciou: "cadeia para esses caras é o mesmo que tirar férias", posição que vai ao encontro do que defendia Amaury Kruel e Euclides Nascimento, presidente da Scuderie Le Cocq, que endossava opinião semelhante.

O leitor é então remetido ao contexto de surgimento da escuderia, para o que sumariza-se o caso de Manoel Moreia, vulgo Cara de Cavalo. Em 1963, o carro que ocupava foi alvo de perseguição em 1963, que acabou com a morte do detetive Milton Le Cocq, descrito como o mais temido de todos os caçadores de bandido. Após o episódio, Cara de Cavalo foi assassinado em Cabo Frio, em uma clara demonstração de vingança. O cadáver recebeu mais de cem tiros, o corpo

ficou estirado sobre as pedras junto ao mar. Esse foi o estopim para a criação da Scuderie Le Cocq, homenagem ao seu homônimo. [8]

Em seguida, as opiniões sobre a pena de morte foram retomadas, a partir de personalidades internacionais e históricas. O norte-americano William Saroyan declarou-se contrário à pena de morte pois "o homem mau deve ser perdoado todos os dias" e, citou o escritor francês Albert Camus "a pena de morte rompe com a única solidariedade indiscutível, a solidariedade contra a morte". *Veja* evocou Santo Tomás de Aquino que seria favorável, pois "afirmava que, da mesma forma que se permitia ao médico amputar um membro infeccionado para salvar o corpo humano ameaçado, era normal que se permitisse o extermínio do elemento nocivo ao organismo social." A revista também deixou claro que Aquino admitia tal posição rudimentar durante a Idade Média. O semanário continua esse jogo de opiniões, tentando manter um equilíbrio entre as contrárias e favoráveis, com passagens rápidas, o que demonstra a tentativa da revista em reunir o maior número de concepções possíveis, dando ao leitor a sensação de imparcialidade. Cita, ainda, intelectuais como Cesare Bonesana e Jean- Jacques Rousseau.

No topo da página 29 há três imagens que, juntas, ocupam menos de um terço da página, a primeira de Santo Tomás de Aquino, seguida de Rousseau e Camus. Na legenda resume-se o que foi colocado no texto acerca do pensamento de cada um: "Santo Tomás de Aquino: a favor da pena de morte. Rousseau: a sociedade pode aniquilar seu inimigo. Camus: todos os homens solitários contra a morte."

O texto prossegue com informações sobre a pena de morte no Brasil, permitida até a primeira Constituição da República em 1891. O semanário afirma que todas as tentativas de reabitá-la fracassaram. Em 1967 o Governo brasileiro manteve a proibição, mas abriu espaço para permiti-la nos termos da "legislação militar aplicável em casos de guerra externa". Esse argumento foi o utilizado pelo Coronel Hindenburgo Coelho, comandante da PM fluminense, que classificou como legítima defesa a morte de Roncador.

É significativa a escolha de *Veja* em demonstrar que, apesar dos intentos de legalizar a pena de morte, ela não era reconhecida na legislação. Mais uma vez, a revista escancarava que Roncador morreu em consequência do abuso de autori-

[8]A Scuderie Le Cocq contava com mais de mil membros, entre eles generais, brigadeiros, médicos, engenheiros e jornalistas, com o dever de se empenhar em resolver os problemas de outro sócio. Apesar de ter sido criada no Rio de Janeiro, a escuderia tinha representantes também em São Paulo e Minas Gerais. O símbolo do grupo era muito parecido com a figura dos cartazes ao lado das vítimas do Esquadrão da Morte, ainda que a escuderia negasse envolvimento nos casos (*CLIPPING: Jornal da Tarde,* 14/05/1968, 26/11/68; *Estado S. Paulo*, 22/11/1968*)*.

dade policial, portanto ilegal, mas possível diante de um regime autoritário, que não puniu os responsáveis, o que evidencia uma tomada de posição, a despeito de todo o cuidado de apresentar mais de uma visão sobre a questão da pena de morte. A edição n.13 tem a mesma escassez de informação da de n.11 no que respeita à vítima, ou seja, não mencionou os antecedentes, ignorou os motivos da perseguição e não trouxe informações diversas das fornecidas pela polícia, ou seja, não houve uma investigação própria da publicação sobre o caso.

Na parte inferior da página 29, há um *box* com o título *Motivo dos que condenam e dos que aprovam a pena de morte,* que contém opinião dos participantes do III Congresso Nacional de Direito Penal e Ciências Afins que aconteceu em São Paulo, oportunidade em que a revista fez uma pesquisa sobre o tema. Dos 34 participantes, somente três foram favoráveis porque é "preferível à atual estrutura penitenciária que degrada a pessoa humana". Já os contrários argumentavam que "não deve o Estado praticar o crime que ele condena", durante o texto os nomes dos envolvidos no congresso são elencados de acordo com a opinião que apresentam.

A análise dos recortes do *clipping* indica que os mesmos limitam-se, o que é esperado, ao Esquadrão da Morte. Logo, no material relativo ao ano de 1968 não há nenhum recorte sobre a o debate da pena de morte. Contudo, os fragmentos questionam desvios de condutas dos policiais e a ligação da corporação com os próprios indivíduos que a milícia exterminava. A saber, antes mesmo de serem publicadas as edições 11 e 13 de *Veja*, no dia 22/07/1968, o jornal Última Hora noticiou que os suspeitos pelas crescentes execuções na região do Guanabara e do Estado do Rio eram policiais (*CLIPPING)*. Pouco depois, em 14/10/1968, o mesmo jornal afirmou que "as primeiras investigações indicam claramente uma ligação entre bicheiros e policiais na execução dos crimes" (*CLIPPING)*. O paulistano *Jornal da Tarde,* em 02/12/1968, questionou o posicionamento até então adotado por Hely Lopes Medeiros, afinal "se o Esquadrão da Morte de São Paulo não existe, como diz o secretário da Segurança e a maioria dos policiais, quem telefona às delegacias indicando o lugar onde os corpos estão?" (*CLIPPING)*. Tanto nas edições da *Veja* quanto no *clipping*, as notícias somente se referem ao Rio de Janeiro e São Paulo.

Considerações Finais

É difícil saber se os repórteres responsáveis pelas matérias de *Veja* consultaram ou não o material constante no *clipping* a respeito do Esquadrão da Morte,

cabe-se somente realizar suposições neste ponto. As duas matérias aqui analisadas demonstram que o semanário estabeleceu relação direta entre os homicídios do EM e um caso de abuso de autoridade policial, no qual Roncador foi protagonista, deste modo, a revista optou por colocar no centro da cena a questão da *pena de morte*. Escolha que pode ser entendida ao se considerar que se tratava dos momentos ainda iniciais da circulação de *Veja*, em um contexto de endurecimento da ditadura militar. Nas matérias analisada, pode-se constatar diversos indícios de tons de denúncias de *Veja*, mesmo que isso tenha sido feito sob uma roupagem de neutralidade.

Não haver recortes no *clipping* acerca de Roncador nas pastas do EM é um dado coerente com o fato da sua morte não poder ser vinculada à milícia, pelo contrário, foi uma ação policial, à luz do dia e com testemunhas. Entretanto, isso não impediu que a revista mencionasse o episódio nas duas reportagens e sugerisse identificação entre esse acontecimento e o EM, afinal, nos dois casos, a pena de morte era aplicada, fosse publicamente ou na calada da noite.

RECEBIDO em 17 de junho de 2020
APROVADO em 8 de agosto de 2020

Referências bibliográficas

ANDRADE, Ana Maria Ribeiro de; CARDOSO, José Leadro Rocha. Aconteceu, virou manchete. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, nº 41, p. 243-264, 2001.

AQUINO, Maria Aparecida. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário* (1968-1978). Bauru, SP: EDUSC, 1999.

BARBOSA, Adriano. *Esquadrão da Morte*: um mal necessário? Rio de Janeiro: Mandarino, 1971.

BICUDO, Hélio. *Meu depoimento sobre o esquadrão da morte*. São Paulo: Pontifica Comissão de Justiça e Paz de São Paulo, 1976.

CORRÊA, Astorige. *Correinha* o Caçador de Bandidos: Líder do Verdadeiro Esquadrão da Morte. São Paulo: ARBO Graphic Design, 2005.

GUIMARÃES, Ewerton Montenegro. *A chancela do crime:* a verdadeira história do Esquadrão da Morte. Rio de Janeiro: Ambito Cultural Edições LTDA, 1978.

HUGGINS, Mattha K. *Polícia e Política*: Relações Estados Unidos/América Latina. São Paulo: Cortez, 1998, p. 112-113.

MIRA, Maria Celeste. *O leitor e a banca de revistas* :a segmentação da cultura no século XX. São Paulo: Olho d'Água - FAPESP, 2001.

SCARZANELLA, Eugenia. *Uma editora italiana na América Latina*: O grupo Abril (décadas de 1940 a 1970). Campinas: Editora da Unicamp, 2016.

Fontes:

A Pena de Morte. *Veja*, nº11, 20 de novembro de 1968, p. 26. Acesso em 20 nov 2017. Disponível em: https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/11?page=26&section=1&word=esquadr%C3%A3o%20da%20morte.

A Pena de Morte Brasileira. *Veja*, nº13, 04 de dezembro de 1968, p. 26-29. Acesso em 20 nov 2017. Disponível em: https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/13?page=26&section=1&word =esquadr%C3%A3o%20da%2 0morte.

Carta do Editor. *Veja*, nº11, 20 de novembro de 1968, p. 13. Acesso em 20 nov 2018. Disponível em: https://acervo.veja.abril.com.br/#/edition/11?page=26&section=1&word= esquadr%C3%A3o%20da%20morte.

CEDAP (Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa "Prof.ª Dr.ª Anna Maria Martinez Corrêa"). *Coleções*: *Clipping* da Editora Abril. Assis, 2014. Disponível em: https://www.assis.unesp.br/#!/pesquisa/cedap/acervo/colecoes/. Acesso em 24 jul. 2019.

CLIPPING, Editora Abril. *O Esquadrão da Morte*. Pasta História, *Jornal da Tarde,* 14 maio 1968.

CLIPPING, Editora Abril. *Os mortos da caveira*. Pasta Investigação, *Última Hora,* 22 jul. 1968.

CLIPPING, Editora Abril. Rosa *Vermelha executou 3 no fim de semana*. Pasta Execuções, *Última Hora,* 14 out. 1968.

CLIPPING, Editora Abril. *Esses bandidos estão morrendo*. Quem está matando os bandidos? Pasta História, *Estado S. Paulo*, 22 nov. 1968.

CLIPPING, Editora Abril. *Escuderia Detetive Le Cocq nega participação nos crimes no Rio e E. do Rio*. Pasta História, *Jornal da Tarde*, 26 nov. 1968.

CLIPPING, Editora Abril. *Eles matam em nome da justiça*. Pasta História, *Jornal da Tarde,* 27 nov. 1968.

CLIPPING, Editora Abril. *O Esquadrão pensa só em bandidos importantes.* Pasta Execuções, *Jornal da Tarde,* 02 dez. 1968.

CLIPPING, Editora Abril. Sem título. Pasta Execuções, *O Globo,* 04 dez. 1968.

SOARES, Jorge Miguel Acosta Soares. *Jorge Miguel Acosta Soares*: entrevista. Entrevista concedida a Beatriz Azevedo Castro e Tania Regina de Luca. São Paulo: Cedap-Assis, ago. de 2015. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0Bwtxam__f-XAVk1oenU-0REwwems/view. Acesso em: 24 jul. 2019.